

O CHAMADO TERCEIRO SETOR ENTRA EM CAMPO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO GOVERNO LULA E O APROFUNDAMENTO DO PROJETO NEOLIBERAL DE TERCEIRA VIA

Recebido em: 28/05/2007

Aceito em: 12/06/2007

*Marcelo Paula de Melo*¹
ISE-FAETEC e UNIABEU
Rio de Janeiro-RJ, Brasil

RESUMO: Este texto debate como o aprofundamento do projeto neoliberal por parte do governo Lula e do PT incidiram no campo das políticas públicas de esporte. A conversão do Partido dos Trabalhadores ao projeto neoliberal será debatida a partir dos rumos e projetos do primeiro Governo Lula. Para tal serão considerados aspectos acerca do programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte, tendo como fonte de pesquisa documentos oficiais do Ministério, bem como dos executores do Programa.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Lula. Neoliberalismo. Esporte.

THE CALLING THIRD SECTOR IS PLAYING: PUBLICS POLICIES OF SPORTS OF LULA'S GOVERNMENT AND THIRD WAY'S NEOLIBERAL PROJECT

ABSTRACT: The aim of this text is discusses the how the Lula's and PT Governments represent the continuity of neoliberal project in Brazil and its consequence of publics policies of sports. The consequence of PT's transformation in a neoliberal party will be discuss, principally the projects and actions of first Lula's Government. Our principal focus will be the Program "Segundo tempo" from Sports Ministry.

KEYWORDS: Lula's Government. Neoliberalism. Sports.

¹ Doutorando em Serviço Social UFRJ. Pesquisador do Coletivo de Estudos de Política Educacional (Fio Cruz).

INTRODUÇÃO

No campo da educação física a adesão incontestada do Governo Lula ao projeto neoliberal teve pouca incidência na produção teórica. Poucas foram as análises que se debruçaram especificamente a apontar e debater o impacto, no campo da educação física, do governo Lula. Analisando a produção científica nos principais periódicos da área, pode-se apontar que em nenhum aparece algum artigo acerca das políticas de esporte do primeiro mandato do governo Lula.²

Diante disso, esse texto pretende iniciar um debate de longo prazo onde o objetivo central é analisar como as políticas públicas de esporte do Governo Lula incorporam elementos-chaves do projeto neoliberal, em ampla confluência com as diretrizes dos organismos internacionais do capital (ONU, UNESCO, Banco Mundial). As políticas diretas ou indiretamente implementadas pelo Ministério do Esporte (ME) na consideração do esporte como manifestação de lazer para conjunto da população, sobretudo, crianças e jovens, terá prioridade nesse texto. A atenção maior será sobre a implementação e concepção do Programa Segundo Tempo, mais especificamente a realidade do Rio de Janeiro.

Com isso, o objetivo desse texto não é debater a questão específica da realidade fluminense, mas poder compreender as dimensões universais do Programa e como se apresenta na realidade concreta.

² Levantamento realizado pela Internet em Janeiro de 2007. Os periódicos consultados foram: Revista Pensar a Prática (UFG), Revista Movimento (UFRGS), Revista Motrivivência (UFSC), Revista Brasileira de Educação Física (USP), Revista Conexões (UNICAMP) Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE/CBCE). Pode ser que nos anais de congressos haja alguma produção.

Para tal, serão considerados documentos oficiais, bem como entrevistas e artigos dos principais intelectuais orgânicos do governo e do PT, onde será possível ver como a aceitação e divulgação do projeto neoliberal por parte do atual bloco no poder não é tão recente assim.. Os documentos específicos do ME serão elucidativos para compreender o lugar do esporte na aventura do Governo Lula pelo neoliberalismo. Além destes, documentos e informações que as organizações na sociedade civil responsáveis pela execução do Programa Segundo Tempo apresentam também serão fontes de consultas.

Por fim, mas não menos importante um diálogo atual com autores críticos ao projeto neoliberal e ao papel do PT na atualidade será importante pela discussão, como também a socialização de uma bibliografia que pouco circula no campo da educação física.

Mais uma vez o marxismo será o referencial teórico que balizará essa aventura. A possibilidade de debater o atual governo no bojo da luta entre as classes sociais fundamentais para implementar seus projetos societários só pode ser feito se tomado o projeto histórico capitalista em sua raiz. Essa radicalidade implica na consideração de que a relação social fundante do capitalismo é a produção socializada do trabalho e a apropriação privada dos frutos desse trabalho. Isso se dá mediante uma série de ordenamentos jurídicos e políticos frutos da correlação de forças entre as classes sociais.

O PT e LULA ANTES DO PLANALTO

No caso específico da conjuntura política brasileira é possível dizer que esse processo se dá num momento de intensas transformações. Em 2002 a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e a conseqüente chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) representou tempos de grandes expectativas na sociedade brasileira.

Pela primeira vez um partido forjado nas lutas dos trabalhadores por melhoria de suas condições de vida, com clara identificação com setores populares, tendo nascido do movimento de greves do sindicalismo no ABC paulista, conseguia ascender eleitoralmente ao cargo mais alto do país. O mote da vitória de Lula naquele momento foi: “a esperança venceu o medo”.

Contudo, tanto o próprio Lula como o PT que chegaram à vitória pouco guardam relações com aquele Partido que representou, nos anos 1980 e início dos 1990, um aglutinador das demandas da classe trabalhadora e movimentos populares. A paulatina transformação que esse partido foi sofrendo ao longo de sua constituição foi apontando para uma lógica de atuação que o coloca distante das demandas da classe que o constituiu em nome de possibilidades concretas de êxito eleitoral.

Esse processo se apresentou de maneira mais nítida a partir da eminência da chegada do PT ao governo federal. Alianças fundamentadas apenas nas possibilidades eleitorais, mesmo que programaticamente contraditórias, e capitulações ante os problemas estruturais legados pelo projeto do governo anterior, dúbia aceitação das bases do projeto neoliberal como pontos incontestes caracterizaram esse processo.

Com isso, o Governo Lula nos últimos quatro anos tem sido um fiel e hábil implementador do projeto societário que combina o alto nível de finança mundializada (CHESNAIS, 2005; PAULANI, 2006), exorbitantes taxas de lucro para os setores exportadores da burguesia financeira, industrial e agrícola (BOITO JUNIOR, 2006), com empobrecimento e perdas para o conjunto da classe trabalhadora, salvo os setores mais miseráveis atendidos pelos programas de renda mínima (MARQUES; MENDES; OLIVEIRA, 2006).

Nas eleições de 2002 isso foi representado por uma série de mudanças nas estratégias eleitorais utilizadas pelo PT pela primeira vez. Como vice-presidente foi escolhido o senador Jose Alencar (PL-MG), importante industrial do setor têxtil e vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), abrindo portas para uma aceitação da burguesia industrial brasileira, historicamente hostil a Lula e ao PT. Mesmo que o partido do então candidato à vice fosse um partido com poucos parlamentares e naquele momento com poucas vitórias em executivos estaduais e municipais, a sua atuação como importante empresário já o habilitava a compor a chapa com Lula. Não por acaso diversas vezes, ao se referir sobre sua dobradinha com Alencar, Lula afirme ser isto a prova viva da possibilidade de união entre capital e trabalho.

Além dessa composição, o PT empreendeu duas mudanças muito significativas na condução da campanha. Pela primeira vez o partido contratou um “marqueteiro” para conduzir a campanha. O escolhido foi o conhecido publicitário Duda Mendonça. Os serviços oferecidos pelo publicitário seria a transformação de Lula numa figura mais apresentável aos olhos dos brasileiros. Para o capital, um novo Lula também era preparado³.

Como aponta Chico de Oliveira (2006) era preciso “despetizar” Lula, ou seja, eliminar qualquer evidência que o vinculasse ao histórico candidato de um partido de esquerda socialista. Como ficou conhecido naquele momento, o “Lulinha, paz e amor” foi interessante por tratar de espetacularizar o candidato que se apresentava como representante

³ Apesar disso, é demais ingênuo atribuir qualquer mudança programática do PT à Duda Mendonça. Como é possível observar no filme “Entreatos”, documentário de João Moreira Salles sobre a campanha de 2002 que levou Lula e o PT pela primeira vez a Presidência da República, o publicitário é nada mais do que um competente e bem pago funcionário que cumpre uma função que ninguém da antiga equipe saberia fazer. Como a explosão do chamado “Mensalão” foi possível saber quais os mecanismos de financiamento permitiram ao PT contratar tais serviços.

dos trabalhadores, ainda que vestido em ternos muitíssimos bem cortados por estilistas famosos, inacessíveis a sua base de apoio.

Mesmo esse procedimento não impediu seus adversários de apontarem a suposta farsa que seria essa nova dimensão Acusações de que a face moderada seria apenas uma tentativa de obter o poder para que pudesse implantar o clássico programa socialista que outrora o PT abraçava. O ápice desse momento foi a aparição da atriz da rede Globo Regina Duarte na campanha do candidato tucano José Serra dizendo ter medo do Governo Lula por sua tradição de esquerda socialista.

Outra mudança deveras significativa foi a utilização sistemática de desempregados como cabos eleitorais, seja portando bandeiras dos candidatos nos grandes centros, seja distribuindo “santinhos”. Até então na história do PT quem fazia essa tarefa eram majoritariamente os militantes do partido. A utilização dessa ampla massa de pessoas sempre foi característica dos partidos de direita que se alimentavam da pobreza, do quadro de desemprego estrutural para obter a preços módicos um grande contingente para trabalharem na campanha.

Um dos momentos mais emblemáticos desse movimento foi a apresentação por Lula da chamada Carta ao Povo Brasileiro. Este documento foi apresentado à nação em junho de 2002, no momento em que circulavam na grande mídia notícias de que a possibilidade de vitória do candidato do PT estaria deixando os “mercados nervosos” ou instáveis. Isso é um eufemismo para pressão dos setores que se locupletam com a finança mundializada. Esse nervosismo do “mercado” se manifestaria com a alta do dólar e do risco país, bem como a queda da bolsa de valores.

É nesse contexto que o então candidato Lula lança a carta. Desde sua apresentação fica claro que seu objetivo foi tranquilizar a burguesia financeira nacional e, sobretudo internacional de que as bases do projeto de financeirização da economia⁴ estariam garantidos com uma eventual vitória do candidato do PT. Isso é explicitado na garantia de que eventuais mudanças no país se darão de forma “cuidadosa”, sem espaços para aventuras, uma vez que será “preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena” (LULA, 2002, p. 2). Além disso, certamente serão procedidas as “[...] reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país”, como “reforma previdenciária, a reforma trabalhista” (p. 1).

Como é deixado claro na Carta onde inclusive se percebe a forte confluência com as premissas trabalhadas por Genro (2004), o processo de mudança que o país vier a enfrentar com eleição de Lula será “fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social [...]” (p.2). Nesse sentido, a afirmação de que “parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto” dá a indicação de que esses setores terão suas demandas consideradas e atendidas pelo futuro governo.

O ponto mais aguardado pela burguesia financeira era, sem dúvida, a garantia de que haveria “o respeito aos contratos e obrigações do país” (p. 2), tendo isso como premissa, assim como da preservação “superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de

⁴ Para um debate crítico acerca do processo de financeirização da economia e relação com o projeto neoliberal ver Chesnais (2005) e Paulani (2006).

honrar seus compromissos” (p. 3). Não por acaso, foi escolhido para ocupar a Presidência do Banco Central um ex-funcionário do Banco de Boston, Henrique Meireles.

Chico de Oliveira (2006) traz dois elementos importantes a serem debatidos dessa escolha. Primeiro, Meireles havia sido deputado eleito pelo PSDB de Goiás e renunciou o mandato antes de assumir, o que pode indicar que sua manutenção no cargo pelos 4 anos do primeiro mandato estivessem garantidos⁵. Segundo, o fato do mesmo ter sido o sétimo ou oitavo executivo do mercado financeiro a ser convidado para o cargo.

A partir daí, os setores financeiros puderam dormir tranquilamente sem medo algum do governo Lula e do PT, que finalmente chegaram ao Palácio de Planalto com a expressiva votação no segundo turno de 52 milhões de votos.

GOVERNO LULA: CAI A MÁSCARA DE MEPHISTO

Tendo como mote principal a máxima de que a eleição de Lula representou a vitória da esperança ante o medo, o governo começa em 2003 com uma série de movimentos e opções que assustaram os setores mais à esquerda, tanto do próprio partido como da sociedade. Ainda que a agenda de reformas apresentada pelo executivo estivesse em consonância com a “Carta ao Povo brasileiro” (LULA, 2002), as medidas concretas anunciadas pelo governo Lula e pelo PT começam a delinear o que representava o “o novo contrato social”.

A partir de uma suposta necessidade de manutenção e ampliação dos elementos da política econômica do governo anterior, os membros do governo defendiam serem medidas necessárias para evitar a bancarrota financeira do país. As três primeiras medidas na

⁵ Tudo indica que Meireles será o Presidente do Banco Central no segundo mandato de Lula.

política econômica deram a dimensão de qual seria a face do governo. Ao lado da surpreendente elevação da taxa básicas de juros – SELIC- que chegou a atingir 26,5% ao ano, o aumento voluntário do superávit primário de 3,75 % para 4,25% do PIB deu mostras suficientes de que o processo de finança mundializada estaria garantido no governo Lula, contando com amplo apoio de diversos segmentos do próprio governo e do PT (PAULANI, 2004, 2006).

No que se refere especificamente ao superávit primário é preciso ter claro que isso é apenas uma parte dos gastos com juros por parte dos governos. O superávit primário é composto pelo total economizado (não gasto) pelos governos central, estaduais e municipais, além das empresas estatais. Além disso, há o pagamento propriamente dito dos juros⁶.

Os argumentos utilizados para defender tais medidas eram a subida do dólar americano e do risco país durante e após as eleições de 2002 e a cotação dos títulos brasileiros (C- BOND). Mas, como aponta a economista Leda Paulani (2004), tal questão era devido à ação especulativa e não por uma suposta fragilidade financeira do país naquele momento.

Todas essas medidas foram apresentadas como necessidades para viabilizar um crescimento econômico sustentável com a garantia da credibilidade do país para atrair novos “investimentos”. Contudo, como aponta Paulani (2004, p. 15):

“[...] este tipo de credibilidade só se mantém se permanecerem inalteráveis na política econômica o ajuste fiscal implacável, o juro real elevado, a política monetária contracionista etc. Depois que se entra nesse jogo, qualquer movimentação no sentido contrário leva de roldão a “conquista” tão duramente obtida e, junto com ela, as supostas condições de estabilidade necessárias para o crescimento”.

⁶ O total gasto com juros no governo Lula foi em bilhões: R\$ 145,205 (2003), R\$ 128,256 (2004), R\$ 157,145 (2005). (Duarte, 2006).

Um dos argumentos sempre utilizados para defender tais medidas seria de sua necessidade em face à vulnerabilidade financeira do país. Enquanto setores da esquerda do PT defendiam tais medidas na crença de serem temporárias e inevitáveis, o grupo majoritário fazia do ajuste fiscal profissão de fé. Para evitar qualquer dúvida de como o Governo Lula ampliou esse processo de finança mundializada o superávit primário aumentado em 2002, foi mantido e ampliado nos anos subseqüentes.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

ano	% do PIB	R\$ (em bilhões)
2003	4,25	70
2004	4,59	81,1
2005	4,84	93,5
2006	4,41	91,5

(Duarte, 2006)

O aprofundamento do processo de finança mundializada não tem sido uma barreira para ampliação das taxas de lucros e contemplação de demanda de outras frações da burguesia. A grita pública e geral empreendida por setores da burguesia industrial- tendo o vice-presidente José Alencar a frente- contra a manutenção da taxa de juros SELIC em níveis altos poderia levar a errada interpretação de uma crise ou fratura entre as frações burguesas.

Boito Junior (2006) apresenta uma discussão da constituição da burguesia enquanto classe dominante e como os conflitos internos entre suas frações não significam de forma alguma qualquer possibilidade de cisão estrutural. Primeiramente o autor, a partir do

marxista greco-francês Nicos Poulantzas, começa discorrer sobre o conceito de fração de classe para explicar a cisão no bloco burguês. Tal conceito permite um entendimento amplo da organização da classe dominante, bem como a compreensão das especificidades dos mecanismos de dominação.

A constituição das frações burguesas se dá de acordo com alguns aspectos. A posição particular que ocupa no processo de produção num momento histórico e num país determinado, bem como o setor de atuação (financeiro, industrial, agrícola, serviços etc). O setor de atuação do capitalista (financeiro, industrial, agrícola, serviços) trará demandas específicas que podem até se chocar com outros setores burgueses. O poderio econômico de alguns setores da burguesia também podem ser fontes de disputas, bem como as relações das empresas com a economia internacional (origem do capital, destino da produção para o mercado interno ou para exportação) (BOITO JUNIOR, 2006).

A burguesia, enquanto classe dominante, apresenta alguns interesses gerais que a unificam independente da fração que representa. Esses interesses gerais podem ser definidos como a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, a consideração do trabalho como mercadoria a ser adquirida, a redução de impostos repassados ao Estado e o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores e a subsequente mercantilização. Esses são temas que unificam o conjunto da burguesia (BOITO JUNIOR, 2006).

A união em torno dessas demandas se dá não apenas por sua relação direta com o aumento das taxas de lucro, mediante a superexploração do trabalho. Também influencia nesse processo a dimensão de consolidação política do domínio burguês sobre o trabalho. A mercantilização da vida implica na naturalização da lógica capitalista nas mais variadas

esferas do ser social, tornando mais ásperas às possibilidades de promoção de relações sociais que não sejam baseadas sobre égide do capital.

Essa discussão do conceito de fração de classe aplicado à burguesia será importante para compreender como no Governo Lula diversos setores da burguesia têm podido aumentar suas taxas de lucro, sobretudo pela aplicação de políticas que o governo anterior não pôde fazer justamente pela pressão organizada capitaneada pelo PT.

Como já exposto a burguesia financeira nacional e internacional não tem do que reclamar do governo Lula. Como mostra Paulani (2006) diversas políticas do governo Lula permitiram a esse setor ter seguidos lucros recordes. A reforma da Previdência, a liberação de cobrança de CPMF para operações financeiras na bolsa de valores, a quebra do monopólio de Re-seguros, o incentivo de programas de crédito consignado, sobretudo a aposentados, além das políticas fiscais, têm permitido a contemplação das demandas financeiras.

Não obstante, como aponta Boito Junior (2006), tanto o setor agrícola como o setor industrial voltados ao mercado externo têm motivos de sobra para estarem satisfeitos com o Governo Lula. Além das constantes isenções fiscais obtidos por esses setores, a configuração do país de exportar produtos de baixo valor agregado (*commodities*)- agrícolas, minerais e industrializados- significa uma ampliação dos ganhos dessa fração burguesa.

O sucesso das exportações depende dos preços dos produtos que as empresas podem oferecer. Com isso, a superexploração do trabalho contribui para baixar os custos dos produtos aumentando a “competitividade”. Por isso, que a (contra) reforma trabalhista está na pauta do governo.

Diante desses dados, é possível compreender o porquê da frustração do presidente Lula pelo fato de alguns setores da burguesia não terem apoiado sua candidatura à reeleição. Por isso, o presidente lamentou dizendo: “a única frustração que tenho é que os ricos não estejam votando em mim. Porque eles ganharam dinheiro como ninguém no meu governo”⁷.

Em contraponto a continuidade aprofundada da política econômica de cunho financista é comum setores da esquerda e o próprio governo Lula afirmarem que a política social seria o grande diferencial deste governo. Mais especificamente tais argumentos referem-se tanto aos programas de renda mínima, sobretudo o BOLSA FAMÍLIA, como os programas de acesso à universidade (privada) via bolsas de estudos do governo federal-PROUNI.

Logo após as eleições em 2002, Lula afirmou que a preocupação central de seu governo seria o combate a Fome. Para isso, criou o programa FOME ZERO, que tentou se tornar um símbolo do governo. Após problemas de várias naturezas e com poucos resultados, esse programa perdeu espaço para o chamado BOLSA FAMÍLIA, uma unificação de outros programas sociais existentes até então como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio gás.

Como afirmam Rosa Mendes e Áquila Marques (2006) os programas de transferência de renda começam a lançar novas bases de apoio político direcionados aos setores mais empobrecidos e menos organizados politicamente da população. Em dezembro

⁷ Todas as frases atribuídas ao Presidente Lula que estão citadas foram retiradas da reportagem do JORNAL O GLOBO, “O que eles disseram em 2006”, publicada em 31- de dezembro de 2006 na página 12.

de 2004 este programa estava implantado em 99,5 % dos municípios, com uma população atingida de 6.571.182 famílias.

Como apontam os pesquisadores supracitados, 70% dos beneficiários estão no nordeste. Em alguns casos, a receita oriunda do BOLSA FAMÍLIA é responsável por parte importante da economia de alguns municípios. Isso produziu efeitos inusitados na última eleição presidencial. Foi comum ver prefeitos do PFL e PSDB apoiando Lula em detrimento dos candidatos de seus partidos.

O BOLSA FAMÍLIA é destinado às famílias em situação de extrema pobreza com renda mensal *per capita* de até R\$ 50,00. Outra possibilidade de recebimento do auxílio são as famílias com crianças e jovens até 16 anos, com renda *per capita* de até R\$ 100,00. A primeira situação, independente do número de membros na família, gera um benefício de até R\$ 50,00. O segundo caso possibilita receber um benefício de R\$15,00 por criança matriculada na escola, chegando ao máximo de R\$ 45,00 (3 crianças matriculadas). As famílias em extrema pobreza podem receber as duas modalidades de benefício, totalizando R\$ 95,00 (MENDES E MARQUES, 2006).

O orçamento para o programa BOLSA FAMÍLIA para 2006 ficou em torno de R\$ 7,5 bilhões. Isso representa aproximadamente 0,4% do PIB, em que pesem incorreções matemáticas do autor do texto. Comparando com o superávit de 2006, que ficou em 4,41 % do PIB, que representa R\$ 91,5 bilhões, pode-se perceber como a aplicação dos programas de renda mínima, apresentados como a redenção social dos setores mais empobrecidos da sociedade, em momento algum é incompatível com o aprofundamento do processo de finança mundializada, dimensão central do projeto neoliberal.

Por isso, o Presidente Lula resumiu bem a questão ao afirmar que “os pobres, na verdade, não dão trabalho”. Com uma parcela ínfima do PIB, os programas de renda mínima atingem aproximadamente 30 milhões de brasileiros que estavam na mais estreita miséria e indigência. Sem mexer na estrutura econômica e social do país, bem como na estrutura de dominação social e política da burguesia enquanto classe dominante, tal programa permite que o mesmo processo de drenagem de recursos para manter inalteradas as bases de sustentação da financeirização, ao mesmo tempo em que atrela uma parcela significativa da população ao projeto do bloco no poder.

Se inegavelmente os setores mais empobrecidos estão em situação menos drástica, devido aos programas de transferência de renda, também é possível defender que isso não foi barreira para aumento da concentração de renda e do índice de desemprego.

Ao mesmo tempo em que o Governo Lula e o PT perderam apoio de setores históricos como os servidores públicos e outros trabalhadores assalariados, foi possível avançar sobre as massas mais empobrecidas, que passaram a ser base incontestada de sustentação.

Essa funcionalização da pobreza, como lembrou Chico de Oliveira (2006), é elemento central da decomposição política da classe trabalhadora, uma vez que promove mecanismos de inclusões forçadas sem caracterizar ganho no plano dos direitos. Contrariamente reforça a lógica da concessão.

O que em tese seria a realização do ideal da esquerda no mundo- contar com o apoio dos setores mais empobrecidos e violentados pelas relações sociais capitalistas- torna-se, no governo do PT, uma piada de mau gosto. Pode-se dizer que a adesão de grandes setores da população ao Governo Lula e a ao PT- haja vista a derrota acachapante do PFL no nordeste

em 2006, onde não elegeu nenhum governador- se configura não como elevação das consciências críticas dos setores mais explorados. É possível inclusive afirmar que a funcionalização da pobreza atua em cima de movimentos contrários a um processo de emancipação. Alimentando-se do atraso e da pobreza, não podendo existir sem tais aspectos, tais mecanismos são pedagógicos para os setores mais pobres da população. Qualquer possibilidade de afirmação da cidadania deve ser abandonada em troca dos programas de transferência de renda.

Para os setores que dependem disso para prover sua existência, não cabe nenhuma discussão epistemológica acerca do programa. É pegar ou largar. Não se trata também de afirmar que adesão se dê por ignorância ou desconhecimento, mas talvez por uma análise pragmática da realidade. E isso torna mais perverso o modelo combinado de finança mundializada com pobreza funcional. O capitalismo sobrevive com uma face mais humana.

Conjugado a esse processo o Governo Lula, e do PT, também foi responsável por algo impensado em outros tempos. O chamado escândalo do “mensalão”- um mecanismo de pagamento sistemático a deputados e partidos aliados para obtenção de apoio no Congresso- vem a tona denunciado pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ).

A questão central não deve ser se Lula sabia ou não de algo- hipótese muito improvável-, mas sim quais as possibilidades de um partido que se diz de esquerda proceder a um tipo de relação como esta?

Virgínia Fontes (2005, p. 290) lembra que o surgimento, sobretudo do PT, representou novas exigências aos grupos dominantes por insurgir-se contra práticas que induziam a uma desqualificação da política. Para essa autora,

“Um dos mais importantes temas a unir o conjunto dos grupos dominantes brasileiros na arena eleitoral é a própria **desqualificação da política**. Não é um “afastamento” da política, mas uma forma específica de atuar politicamente. Trata-se de uma **política ativa, constante e permanente**, que simultaneamente instaura os elementos de representação parlamentar, reconstitui as formas de relação direta entre as formas associativas empresariais (quer sejam de novo ou velho feitio) e o aparelho de Estado, isolando as decisões mais consistentes do terreno parlamentar [...]” (GRIFO NOSSO)

Justamente por isso, Virginia Fontes (2005, p. 315) ressalta o grau de relevância política que tem o PT na sociedade brasileira. Por conta disso, sua chegada e estada na presidência da república por dois mandatos seguidos, dando continuidade ao projeto neoliberal, é tão grave.

A rotação do PT se completa e ele se esforça por tornar-se um partido exatamente como os demais, adotando celeremente as práticas da desqualificação da política que, até então, ele próprio denunciara e procurara requalificar. O processo não foi instantâneo nem imediato, embora a velocidade tenha se acelerado drasticamente após a vitória eleitoral. O moralismo reducionista, despido das referências às práticas de classe efetivamente desalienantes, o conduz a uma prática de cunho pragmático, tendo adotado o horizonte eleitoral como o eixo norteador de sua atuação. Esse “esquecimento” das classes sociais lhe parece bastante conveniente, no âmbito do mercado eleitoral.

ESPORTE, POLÍTICAS PÚBLICAS e o chamado terceiro setor

As políticas públicas de esporte, como não poderiam deixar de ser, são amplamente influenciadas por esse novo momento histórico. Atuação do Estado e sua relação com organismos na sociedade civil alteram sobremaneira a natureza e forma das intervenções no âmbito do esporte. Os termos da moda- as parcerias, voluntariado- encontram nas políticas públicas de esporte e lazer local privilegiado de realização.

O campo da Educação Física pouco problematizou tais questões, apesar da área ser profícua em exemplos da incidência das teses neoliberais de terceira via nas políticas públicas de esporte e lazer. A ênfase nos chamados “projetos sociais”, com base em ações de organizações que se intitulam do chamado “terceiro setor”; a profusão de campanhas e textos pela atuação de voluntários na área de esporte e lazer; a difusão da noção de responsabilidade social empresarial tendo o esporte e lazer como mote central ou mesmo a apaixonada defesa das parcerias entre organismos na sociedade civil e Estado na execução de políticas públicas de esporte e lazer. Tais manifestações encontram espaço no campo de atuação do professor de educação Física, ao mesmo tempo em que pouco são estudadas no campo crítico da área (MELO, 2007).

As intervenções públicas garantidoras de direitos sociais das mais variadas áreas como educação (em suas múltiplas manifestações e modalidades), saúde, esporte, lazer, artes, dentre outros, deixam de ser apresentadas como políticas públicas para ganharem a terminação genérica e abstrata de projetos sociais. A própria abstração representada pela expressão “social” contempla essa tarefa aparentemente despolitizada. Um “social” completamente desvinculado de uma dimensão política e menos ainda influenciado por qualquer dimensão econômica. Uma dimensão da vida humana que pairaria no ar, sem qualquer determinação de outra natureza.

Essa difusão do termo “**projeto social**”, para referir-se a políticas públicas, insere-se na luta política para educação do consenso em torno das bases do projeto histórico do grupo dominante. A destituição de direitos e a transformação desses em mercadorias negociáveis é característica do neoliberalismo. Nesse sentido, a conformação de políticas públicas em

“projetos sociais”, sejam implementados por organismos na sociedade civil, sejam por órgãos públicos, sobretudo municipais, ainda que financiados pelo governo central atende a essa lógica.

A lógica de focalização das ações apenas nos setores mais empobrecidos, sob o argumento de que estes têm mais urgência, esconde a conformação de que setores menos empobrecidos da classe trabalhadora só terão acesso aos bens sociais produzidos na lógica de mercado. Direitos passam a se configurar ou em dívida para os setores mais miseráveis ou em mercadorias.

Nos ditos projetos sociais, a manutenção e difusão pedagógica das bases neoliberais são constantes. A lógica do risco capitalista é transferida para os usuários dos programas. A possibilidade da fonte de financiamento cessar- por motivos vários- e os usuários, supostamente sujeitos de direitos, serem sumariamente descartados é constante. A necessidade de cumprimento da meta de participantes para eventuais renovações das fontes de financiamento faz com que isso tenha primazia na atuação dos organismos, sejam públicos (municipais ou estaduais) ou privados (ONGs, Associações de moradores/movimentos sociais).

Não obstante, é comum a competição entre organizações ou prefeituras para ver quem será o executor dos projetos. Em geral, aquele que oferece melhores condições ao financiador vence o pleito. Essas melhores condições podem ser preços mais baixos de administração, custos de manutenção do programa ou mesmo maior visibilidade que o programa irá conferir. Com isso, a precarização do trabalho e da própria execução dos programas como forma de diminuição de custos é constante.

Isso é amplamente ratificado pelos organismos internacionais do capital. Ainda que por razões óbvias tais questões não apareceram de forma explícita, pode-se dizer que se fazem presentes. O documento da ONU **Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio** (ONU, 2003) é um emblema disso que apontamos.

O trabalho voluntário e a participação ativa são considerados temas potenciais de serem desenvolvidos e incentivados via esporte, já que este “ajuda a criar relações sociais, conexões e melhora a comunicação entre indivíduos e grupos. O esporte também mobiliza voluntários e promove a participação ativa da comunidade, ajudando a construir capital social e a fortalecer o tecido social”⁸ (ONU, 2003, p. 5, grifo nosso). Nessa linha, em outra passagem a defesa do trabalho voluntário se dá por sua contribuição para “construir consolidar a coesão e a estabilidade sociais” (p. 13).

Nesse sentido, uma certa idealização da participação como redentora dos problemas sociais pode servir como panacéia das contradições vivenciadas no cotidiano. Essa participação também pode tornar-se mecanismo educativo de auto-responsabilização popular no tocante aos seus direitos sociais. Não é incomum essa apologia da participação tornar-se a porta de entrada da precarização do trabalho nas políticas públicas. Essa despolitização da participação culmina em última instância com o trabalho voluntário.

As parcerias não poderiam ter sido esquecidas. Como pode ser visto na conclusão do documento, o 4º item é todo destinado à recomendação das parcerias como mecanismos

⁸ “[...] o esporte deve ser usado para promover o voluntariado, especialmente entre os jovens cuja participação é forte indicativo do voluntariado em sua vida futura. O voluntariado fornece benefícios ao indivíduo, tais como auto-satisfação, a aquisição de habilidades, o aumento da compreensão e a integração social” (ONU, 2003, p. 13).

de implementação das ações, tendo as organizações da sociedade civil e setor privado na criação de uma “rede global de esporte para o desenvolvimento” (p, 21).

Essa relação entre esporte, lazer e a legitimação do projeto societário dominante a partir das ações dos governos, do movimento de responsabilidade social empresarial em consonância aos preceitos dos organismos internacionais do capital assume uma dimensão muito importante.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E AS POLÍTICAS DE ESPORTE DO GOVERNO LULA

O Programa Segundo Tempo é um projeto de esportes do Governo federal, através do Ministério do Esporte, cujo objetivo é proporcionar o acesso à prática esportiva para crianças, adolescentes e jovens matriculados nas escolas públicas brasileiras no contra-turno escolar. O programa teria um caráter complementar à escolarização com objetivos de “colaborar com a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente em situações de vulnerabilidades sociais [...] assegurando o acesso de todos a atividades esportivas e de lazer, como parte do compromisso do governo de contribuir para redução do quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social” (BRASIL, 2005c, p. 2).

O nome do programa se caracteriza pela tentativa de apresentar esse contra turno em que o estudante estiver participando das atividades do programa como um SEGUNDO TEMPO de ação educativa, além do turno de escolarização regular. Por conta disso, o programa prevê um reforço alimentar para os participantes. Esse reforço pode ser lanche ou mesmo almoço. Os materiais esportivos a serem utilizados serão produzidos a partir de

outro programa do Ministério do Esporte com o Ministério da Justiça intitulado **“Pintando a liberdade”**, em que detentos do sistema penitenciários produzem materiais esportivos (BRASIL, 2005a).

Apesar do nome remeter a organização escolar o programa não foi pensando para ocorrer apenas em escolas públicas. O Programa Segundo Tempo também ocorre em instalações esportivas presentes em Associações comunitárias, quadras públicas fora das escolas, Instituições de Ensino Superior públicas e privadas-filantrópicas, Entidades do Sistema S (SESC, SESI, SEST), Clubes Sociais, Forças Armadas e ONGs, nacionais e internacionais (BRASIL, 2006a e 2005a).

O programa é executado a partir de “parcerias e alianças institucionais” do Governo Federal/Ministério do Esporte com organismos públicos estaduais e municipais, organizações não governamentais, entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas sem fins lucrativos, sob a alegação de estarem em contato direto com o público alvo, e por desenvolverem projetos de “inclusão social”. Isso se dará justificada pela descentralização da execução orçamentária e financeira através de repasses aos organismos que irão implementar o Programa Segundo Tempo (BRASIL, 2005a, 2006a). O Programa tem como diretrizes a “autonomia organizacional e a descentralização operacional”, deixando como responsabilidades dos organismos governamentais e ONGs a mobilização dos estabelecimentos e organismos locais para o envolvimento ao Programa e, embora não revelado nesses termos, uma diversificação das fontes de financiamento.

A concepção de Estado e sociedade civil revelada na estratégia de funcionamento do Programa Segundo Tempo fornece importantes indicativos acerca da naturalização dos

preceitos neoliberais de funcionamento do Estado e sua relação com organismos na sociedade civil. Isso pode ser apontado na apresentação dos organismos na sociedade civil- ONGs nacionais ou internacionais, fundações e institutos empresariais e outros organismos sem fim lucrativos- e dos outros entes federativos (estados e municípios) como sendo organismos com características, papéis políticos e sociais similares. Para execução do programa em questão o fato de ser uma ONG, uma fundação empresarial ou um governo municipal não significa nenhuma diferença, salvo os diferentes mecanismos legais de recebimento e prestação de contas. A naturalização dessa lógica indica que a disseminação dos preceitos neoliberais de novo tipo expostos em documentos dos organismos internacionais (BANCO MUNDIAL, 1997, GARRISON, 2000, ONU, 2003) ganham o cotidiano político sem questionamento. Não por acaso uma das linhas estratégicas para o desenvolvimento do Programa é a integração das “ações de Programas e Projetos do Ministério do Esporte e estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que reconheçam sua responsabilidade social” (BRASIL, 2006, p. 5).

É preciso ficar claro que a relação umbilical entre as políticas públicas de esporte do governo Lula com a concepção do chamado terceiro setor não se limita ao programa Segundo Tempo. No documento “**Política Nacional de Esporte**” (BRASIL, 2005d, p. 39) duas diretrizes apresentadas relacionam-se diretamente com essa idéia. Na 7ª diretriz, “**Gestão Democrática: participação e controle social**”, há a defesa da prioridade de estabelecer ações de colaboração e cooperação não apenas com outros entes federativos, mas também como “entes não governamentais, iniciativa privada, entidades esportivas e sociedade, de forma que todos trabalhem com objetivos comuns [...]”. Na 8ª diretriz é

reiterada a forma “descentralizada” integrando as instituições e priorizando a “transferência de competências aos entes federativos, **inclusive a iniciativa privada, quando for o caso** [...]” (p. 39, Grifo nosso).

As parcerias entre o Governo e as organizações da sociedade civil se darão na medida em que essas sejam reconhecidas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), conforme a legislação conhecida como Lei do Terceiro Setor (lei 9790-99). Os interessados devem enviar as propostas ao Ministério do Esporte que avaliará segundo critérios apresentados nos manuais (BRASIL, 2006 a). Isso coloca a atuação do Ministério mais como uma espécie de banco de projetos, onde a função limita-se a estabelecer regras e financiar os projetos, colhendo os resultados positivos e distanciando-se dos negativos. Com isso, o financiamento público/estatal das entidades privadas, enfumaçadas sob a égide de organismos públicos não-estatais ou entidades sem fins de lucro, é característica desse programa. Ainda assim esse papel de financiador não é garantido. No tópico “ATRIBUIÇÕES DE RESPONSABILIDADES”. No que tange ao papel do Ministério do Esporte cabe, “**quando necessário e possível:** a) o pagamento de monitor; b) material esportivo [...] c) Material didático suplementar/complementar; d) reforço alimentar no contra-turno escolar” (BRASIL, 2006, p. 10, grifo nosso).

Essa dimensão tem impacto central na dinâmica de financiamento do programa. Além do financiamento do Ministério do Esporte, “parceiros” envolvidos têm uma série de responsabilidades para viabilizar condições para os programas funcionarem. São as chamadas contrapartidas. Tanto que na página do Ministério do esporte há uma sessão destinada a apresentar um edital de convocação para obtenção de chancela de projetos

esportivos sociais junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA). Isso irá permitir que sejam obtidos recursos via pessoas físicas e jurídicas interessadas em doar parte do imposto de renda.

No Programa Segundo Tempo é possível notar essa dimensão educativa na apresentação do chamado “EDITAL PARA INSCRIÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS”⁹ onde o Ministério do Esporte disponibilizou um “*link*” para a página do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) vinculado ao Ministério da Justiça. Nesse manual estão presentes os mecanismos para se obter financiamento para os projetos sociais (nome dado às políticas públicas) mediante doação de pessoa física ou jurídica ao FUNDO NACIONAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, direcionado ao projeto que o doador desejar. Esse doador terá abatimento de imposto de renda nos limites que legislação permitir. Assim, o gestor de projetos sociais de ONGs ou de municípios e estados já saberá quais os mecanismos de obtenção de financiamento para seu projeto, uma vez que o papel do Estado limitar-se-á a garantir o mínimo necessário ao funcionamento. Realmente além do peixe, também se está ensinando a pescar.

A proximidade, ou mesmo inspiração giddeniana e do Banco Mundial, mesmo que não referenciada, nestas reformulações são explícitas. Esse Estado inovador, num mundo em transformação- não por acaso título do documento do Banco Mundial- com profundas mudanças na “prestação de serviços públicos”, é a expressão do modelo neoliberal de terceira via para o Estado na atual fase do capitalismo. O Estado de investimento social nos

⁹ Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/projetos_esportivos.htm>. Acesso em: 20 maio 2005. Também um documento similar na página do Ministério do Esporte cujo título é: “Manual de Incentivo Fiscal: Fundo Nacional para projetos esportivos sociais- Fundo Nacional da Criança e Adolescente”. Disponível em:< <http://portal.esporte.gov.br/snee/esportesocial/manual.jsp>>.

termos de Giddens (2000). A difusão da noção de direitos sociais como “serviços” têm sido um dos pontos fundamentais do projeto dominante do capitalismo como forma de educar o consenso acerca do abandono da idéia de direitos por serviços, que podem ou não ser prestados.

O Programa Segundo Tempo funciona mediante à instalação de núcleos de execução das atividades esportivas e de lazer. Cada núcleo para funcionar deverá ter ao menos 200 alunos inscritos, sendo que cada núcleo contará com um professor coordenador de núcleo e 2 estagiários monitores para funcionar, contratados pela entidade que executa o Programa, seja pública ou privada. Além destes, também há o coordenador geral do projeto nos estados.

Como já foi pontuado, esse texto irá se concentrar especificamente na realidade do programa Segundo Tempo. Dessa experiência espera-se poder lançar as bases para um projeto mais ambicioso, contemplando o programa em sua abrangência nacional. A justificativa para isso deve-se a duas informações acerca do programa no Rio de Janeiro.

Primeiramente, a análise das fontes indicava que o Programa em terras fluminenses ocorria apenas a partir de um convênio entre a ong VIVA RIO e o Ministério do Esporte, e os núcleos implementados seriam através de novos convênios entre a referida ong e outros organismos públicos e privados. Parecia só haver essa possibilidade. Esse caminho foi indicado a partir de uma série reportagens na grande mídia e também pelas informações dispostas no sítio do VIVA RIO a Internet, inclusive com uma ligação direta ao programa Segundo Tempo.

Contudo, analisando o sítio do Ministério do Esporte é possível notar o convênio do VIVA RIO com o órgão federal é apenas um de outros 22 celebrados entre o Ministério e organizações públicas e privadas para execução do Programa Segundo Tempo. Isso pode indicar que cada convênio celebrado, caso siga o mesmo princípio do estabelecido com o VIVA RIO, se traduz numa série de núcleos.

O que permanece independente dessa questão é a relação umbilical com organismos do chamado terceiro setor para executarem os programas. Tanto que considerando a relação de todos os 22 convênios celebrados para execução do Segundo Tempo no Rio de Janeiro no período 2003-2006, apenas 4 foram com executivos municipais. Os outros 18 foram com organizações na sociedade civil como ONGs das mais variadas naturezas, Serviço Social do Comércio e entre outros. Alguns desse constam como inativo no sítio, inclusive o do VIVA RIO.¹⁰

No que tange especificamente à relação VIVA RIO/Ministério do Esporte e a execução do programa segundo tempo, há uma série de aspectos que remetem a tese de que também na implementação de políticas sociais o Governo Lula se mantém fiel ao projeto neoliberal. O funcionamento do programa se dá a partir de um convênio entre o Governo Federal/Ministério do Esporte e a conhecida ong fluminense VIVA RIO, sendo essa ong “responsável pela implementação e administração do projeto” (VIVA RIO, 2006). Além disso, a denominação do programa no estado do Rio de Janeiro recebe o acréscimo da

¹⁰ Disponível em: < www.esporte.gov.br/segundotempo/detalhesUFMapaConvenio.asp?UF=RJ&cbAno=....>.

expressão Pan Social, em virtude da realização dos Jogos Pan Americanos em 2007 na capital do estado. Com isso, o Programa Segundo Tempo Pan Social tem essa dimensão.¹¹

Aprofundando esse debate, pode-se dizer que o VIVA RIO atua na mediação política direta da execução de um programa do governo federal. À conhecida ong fluminense é delegado papel não de executar diretamente o Programa. Na verdade o VIVA RIO, após conveniar-se com o Ministério, estabelece outros convênios com outras ong's e órgãos públicos (Prefeituras) para que estas executem o programa, ficando com a responsabilidade de contratar profissionais e garantir a estrutura física e administrativa do programa.

A já comentada naturalização da atuação dos organismos na sociedade civil como executores das políticas sociais ganha no Programa Segundo Tempo uma característica especial. O fato de o VIVA RIO ser um mediador entre o Ministério e outros organismos públicos e privados significa uma consolidação radicalizada da lógica do terceiro setor.

Nesse sentido, o objetivo principal desse texto não é realizar uma análise crítica detalhada da ong VIVA RIO- tarefa deveras urgente- mas compreender e analisar seu papel na consolidação/execução de uma política do governo Federal e como isso representa uma manifestação concreta da lógica de atuação do Estado capitalista no atual momento histórico. Isso não significará fechar os olhos ou mesmo não dar atenção ao papel político ocupado pelo VIVA RIO na conjuntura carioca e brasileira nos últimos 10 anos como intelectual orgânico do capital, difundindo valores e concepções de mundo caros ao projeto

¹¹ O convênio foi assinado em março de 2006, contando com a presença do Presidente Lula, do ex-ministro do esporte Agnelo Queiroz, com a duração de meses, tendo sido renovado em julho para até o fim de 2006.

neoliberal de sociedade, tanto por suas práticas como em seus documentos e manifestações políticas.

A atuação educativa do Estado capitalista como incentivador e promotor da lógica de implementação de políticas sociais pode ser evidenciada na apresentação das fontes de financiamento da ong VIVA RIO. Em 2005, os recursos advindos dos governos eram 65% do total de recursos desse organismo. Em 2004, esse percentual era 47% e em 2003 eram 58%¹². Esses dados indicam como o financiamento estatal foi significativo nesse processo. O processo empresariamento vivenciado por esse organismo pode ser expresso na receita movimentada pelo VIVA RIO nos anos 2004 e 2005, R\$ 19.623.172 e R\$ 20.909.243. Como apontamos anteriormente o Estado (união, estado e Municípios) ocupam lugar central nesse financiamento.

A ênfase de que a execução de políticas sociais destinados aos setores mais empobrecidos da população deve ficar a cargo dos organismos na sociedade civil encontra amplo terreno para desfilarem no programa Segundo tempo, devidamente incentivado e financiado pelo Governo Federal.

A observação dos núcleos¹³ onde ocorre o programa no Rio de Janeiro fornece dados interessantes para debatermos uma série de questões afeitas à relação Estado e sociedade civil no projeto neoliberal de novo tipo. Os núcleos ocorrem em associações de moradores, igrejas, outras ong's, clubes de bairro, escolas públicas e privadas. Isso indica

¹² Disponível em <<http://www.vivario.org.br/prestacaodecontas/>>. As informações sobre financiamento estão disponíveis na página do VIVA RIO na internet no link Prestação de Contas, estando disponíveis os relatórios de atividades dos anos 1996 até 2005. Trata-se uma importante ferramenta de pesquisa que necessita ser estudada mais detalhadamente.

¹³ Disponível em: <<http://www.vivario.org.br/segundotempo/nucleos.asp>>.

ser o VIVA RIO o administrador financeiro e logístico, direcionando e dando suporte a efetivação dos núcleos distribuídos pelo estado. No momento da realização desse texto havia 234 núcleos no estado totalizando 41785 presentes inscritos, sendo que a meta era ter 50000 participantes.

Analisando mais detalhadamente os tipos de organismos onde ocorrem os núcleos pode-se aferir como essa relação Estado e sociedade civil, e mesmo entre Governo Federal e entes federativos demandam maiores atenções por parte dos pesquisadores na área de política social. Dos 234 núcleos no estado do Rio de Janeiro, 99 são executados a partir de convênios com Prefeituras, seja por suas secretarias Municipais de Esporte ou de Educação. Um dado importante a ser considerado na pesquisa é levantar como se dá esse convênio. Não há nenhuma necessidade jurídica desse convênio ser mediado pelo VIVA RIO. Além dos governos municipais, é emblemático o fato de haver **50 núcleos** que acontecem especificamente mediante convênios com Associações de Moradores, sobretudo em bairros pobres e favelas, a partir de sua natureza jurídica de Associação sem fim de lucro para poder estabelecer o convênio. Também há 47 núcleos que funcionam mediante convênios com ong's em sentido estrito, ou seja, associações sem fins lucrativas que atuam na prestação de serviços sociais. Por fim, mas não menos significativo, 13 núcleos ocorrem em Igrejas das mais variadas crenças, sobretudo católicas e evangélicas.

Outro dado interessante é que a presença das organizações do chamado terceiro setor é mais comum na capital e na região metropolitana do que no interior do estado. Para se ter uma idéia na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, dos 69 núcleos, 9 são mediante convênios com igrejas e os 62 restante são com organizações na sociedade civil

(Associações de moradores, ong's em sentido restrito, clubes sociais, entre outros). Talvez o fato da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro ser ocupado por um partido de oposição ao governo federal pode ser uma das explicações disso, ainda que haja outras.

Na região metropolitana há um total de 59 convênios, sendo que 15 são com Prefeituras (Niterói, Mesquita e Itaguaí). Já as organizações na sociedade civil têm 41 convênios.

Contudo, no interior do estado a presença majoritária dos convênios é com os executivos municipais. Mesmo ocupado por grupos de oposição ao Governo federal, pode ser que os grupos políticos a frente dos executivos municipais não possam se dar o “luxo” de recusar um convênio federal. Do total de 104 convênios, 84 são com executivos municipais, e apenas 19 com organizações na sociedade civil.

CONCLUSÃO

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o segundo mandato à Presidência da República em outubro de 2006 representou a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seu grupo dirigente como partícipes do aprofundamento do projeto societário neoliberal no Brasil. Além disso, também se pode apontar que, em pesem os muitos indícios incontestes no primeiro mandato, esse segundo mandato sepulta qualquer ilusão de parte da esquerda brasileira e mundial acerca de qual projeto societário e histórico o PT e o Governo Lula tem sido representante.

Quando o ator Paulo Betti disse, ao justificar seu apoio a Lula e ao PT, “política não existe sem mãos sujas. Não dá para fazer sem botar a mão na merda” transmite publicamente o que Virginia Fontes (2005) havia chamado de arte da desqualificação da política. Essa referência a frase do autor- amplamente utilizada pelas empresas da

informação como retrato de uma suposta perda da “ética” pelo PT- conforma uma imagem naturalizada no sociedade brasileira acerca do sentido da política. Ao lado de seu programa classista, o PT também atuava como uma espécie de fiador do fazer político no Brasil.

Diante disso, é possível apontar o estrago objetivo nas condições de vida da população produzido pelo primeiro governo Lula e certamente ampliado agora em seu segundo mandato. Contudo, para além da dimensão objetiva, os aspectos subjetivos serão tão ou mais drásticos. A conformação da desqualificação da política posta em prática pelo maior partido de esquerda da América Latina, e quiçá do mundo, ao lado da radicalização do projeto neoliberal, atualizado sempre novas conjunturas enfrentadas pelas classes dominantes, transmitirão a mensagem de que realmente a política sempre servirá aos setores dominantes, mesmo que implementada por um partido dito de esquerda.

A clareza do que representa o projeto neoliberal de sociedade implica no reconhecimento de sua magnitude como a nova face do capitalismo em nível mundial. Tal ponto coloca o desafio de considerá-lo não apenas como uma série de mudanças econômicas no mundo da produção da existência. Trata-se de situar o neoliberalismo como um novo projeto de sociabilidade do capital, que busca adequar o conjunto da população às suas bases principais.

O fato do PT e do Governo Lula terem se afastado a muito tempo do campo da esquerda, fazendo questão inclusive de se afastar de qualquer referência a isso¹⁴, terá pouca importância. Sua imagem, por mais contraditória que seja, para o conjunto da população, continua sendo de um partido de esquerda. Talvez por isso, o senador catarinense Jorge

¹⁴ Lula vaticinou uma frase muito proferida por membros convictos da direita: “se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela tem problemas. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, e quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata”.

Bornhausen, presidente do Partido da Frente Liberal (PFL) tenha afirmado que a crise do mensalão permitiria que o “país ficasse livre dessa raça por trinta anos”.

O que revela essa frase de Bornhausen é sua afirmação de que “essa raça”, à esquerda, estaria ferida de morte por muito tempo. Nisso o senador estava certo. Depois de Lula e do PT, a composição de forças da esquerda socialista, de fato, no Brasil terá grandes dificuldades.

Esse texto é um esforço inicial de longo prazo para a compreensão de como adesão do governo Lula ao neoliberalismo reverberou no campo das políticas públicas de esporte. O eixo será a atuação do Ministério do Esporte. Aqui privilegiamos apenas um programa, O Segundo Tempo. Maiores incursões serão necessárias para apreensão de novas determinações. Por hora, se for possível estimular outros trabalhos, esse texto terá cumprido a sua função.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial 1997: El Estado em um mundo em transformacion*. Washington/Madrid: Banco Mundial, 1997a.

BOITO JUNIOR, Armando. A burguesia no Governo Lula. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n.21, p.52-76, 2006.

_____. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. *Crítica Marxista*. N. 17, Rio de Janeiro, REEVAN, 2003. pp. 10-36.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Manual de Diretrizes e orientações do Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério Esporte, 2006a.

_____. *Organização estrutural do Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério Esporte, 2005a

BRASIL. *Manual de Incentivo Fiscal: Fundo Nacional para projetos esportivos sociais-Fundo Nacional da Criança e Adolescente*. Brasília: Ministério Esporte/ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2005c. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/esportesocial/manual.jsp>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

_____. *Uma Política Nacional de Esporte*. 2005d. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2003.

_____. IBGE. *Perfis dos Municípios Brasileiros: esporte 2003*. Brasília: Ministério do Esporte/Ministério do Planejamento- IBGE, 2006.

CHESNAIS, François (Org.) *Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DUARTE, Patrícia. Aperto fiscal extra de R\$ 11,3 Bi. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 31 Jan. 2006. p.19.

FONTES, Virginia. *Reflexões Impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

GARRISON, Jonh. W. *Do Confronto à colaboração: relações entre sociedade civil, o governo e o Banco Mundial*. Brasília; Banco Mundial, 2000.

GENRO, Tarso. O PT tem de ser refundado. *Revista Teoria e Debate*, n. 63, 2005. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2478>>. Acesso em: 06 jan. 2007.

_____. *Esquerda em processo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIDDENS, ACRESCENTAR REFERÊNCIA.

LEI 9790/99 – LEI DO TERCEIRO SETOR

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Carta ao Povo Brasileiro*. 2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>>. Acesso em: 05 jan. 2007.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquila. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 58-74, jan./mar. 2006.

MARTINS, André. Estratégias Burguesas na obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via. In: NEVES, Lúcia Maria W. (Org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005.p 127-173.

MELO, Marcelo Paula de. Neoliberalismo de terceira via e seu impacto nas políticas públicas de esporte e lazer: um debate com a produção teórica. In: SILVA, Maurício Roberto (Org.) *Esporte, Educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco*. Chapecó: Editora Argus, 2007. No prelo.

NEVES, L. M. W. (Org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005.

ONU. *Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio*. [S.l]: Nações Unidas, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O Momento Lênin. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 75, p.23-47, jul. 2006.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: NEVES, Lúcia; LIMA, Júlio César. (Orgs.) *Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FioCruz, 2006, p. 67-105.

_____. Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula). *Crítica Marxista*. n 19, Rio de Janeiro, n. 19, p. 11-26. 2004.

VIVA RIO. Segundo Tempo Pan Social. Disponível em: <<http://www.vivario.org.br/segundotempo/>>. Acesso em: 20 jul. 2006.

Endereço do Autor:

Marcelo de Paula Melo
Endereço Eletrônico: basqueteiromelo@terra.com.br